

A Corte em xeque

O caso é grave e precisa ser dito com clareza. Mensagens extraídas do celular de Daniel Vrcaro, dono do Banco Master, indicam que o banqueiro pediu reiteradamente ao ministro Alexandre de Moraes que acionasse a cúpula da Polícia Federal e do Ministério Público para conter o avanço das investigações contra sua instituição financeira. Os diálogos se estenderam até poucas horas antes da primeira prisão de Vrcaro, em novembro de 2025. Os investigadores recuperaram as mensagens enviadas em imagens pelo banqueiro, mas não as respostas do ministro — os dois utilizavam o recurso de visualização única do WhatsApp, que apaga automaticamente as imagens após a abertura. A dúvida instalada é séria demais para ser ignorada. No início da noite de ontem, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, protocolou o pedido de anulação das provas colhidas pela Polícia Federal.

A decisão do ministro André Mendonça de levar o caso ao plenário do STF é correta e bem-vinda. Questões dessa magnitude não podem ser resolvidas por um único ministro, ainda mais quando o envolvido é um colega de Corte. O plenário é o foro adequado, e sua atuação, neste caso, é também uma demonstração de que a instituição é capaz de se autorregular. Se há inocência, que seja demonstrada com transparência e perante os pares. Se há irregularidade, que seja apurada com o mesmo rigor que a Corte aplica a todos os demais.

O que não pode acontecer é o que já começa a se desenhar nos bastidores: uma guerra interna entre ministros, com vazamentos estratégicos, movimentações de bastidor e posicionamentos públicos que

transformem uma investigação legítima em um racha institucional. O STF já chega a este momento fragilizado. Está incompleto desde a saída de Luís Roberto Barroso, em outubro, operando há quase um ano com uma cadeira a menos em sua composição. Nos últimos anos, a Corte acumulou visibilidade e desgaste em igual medida, tornando-se alvo de críticas de espectros políticos opostos. Adicionar uma crise interna de proporções públicas a esse quadro não é inconveniente e irresponsável.

O Brasil vive um período de instabilidade política que vai se intensificar até outubro. As eleições presidenciais já começam a contaminar o ambiente institucional, e cada movimento das grandes instituições é lido, interpretado e disputado pelo campo eleitoral. Nesse contexto, um STF rachado publicamente é combustível para quem tem interesse em desestabilizar as próprias bases da democracia brasileira. A Corte é, acima de tudo, guardiã da normalidade institucional do país, e esse papel não pode ser abandonado no exato momento em que mais é exigido.

O apelo que se faz é simples: que os fatos sejam apurados com rigor, que Moraes possa se explicar com transparência, e que o STF conduza esse processo com a sobriedade que a gravidade do momento exige. Instituições se constroem ao longo de décadas e se destroem em semanas. Os ritos que garantem a credibilidade da Corte, como o contraditório, a ampla defesa, o julgamento colegiado, e a publicidade dos atos existem precisamente para momentos como este. Respeitá-los não é defender ninguém. É defender a única coisa que, no fim, protege a todos.



RODRIGO CRAVEIRO

rodrigo.craveiro@gmail.com

Negacionismo mata

As imagens da parede de lama varrendo tudo o que encontrava pela frente no leito e nas margens do Rio Trishuli, na fronteira entre Nepal e Tibete, não me saem da cabeça. Não consigo conceber o horror vivenciado por milhares de pessoas que estavam no caminho da catástrofe. Com certeza, sabiam que não teriam a mínima chance de escapar com vida. As inundações de exatamente uma semana atrás foram um aviso cruel de que o planeta está à mercê de novas tragédias naturais provocadas pelo aquecimento global. De nada adianta os negacionistas refutarem ou tentarem desmentir a mudança climática. Ela existe, impacta bilhões de pessoas no mundo e põe fim às vidas de tantas outras.

O Rio Trishuli não transbordou do nada. Não foi resultado do acúmulo de chuvas na cabeceira. Uma geleira de 600m de largura se desprendeu do alto de uma montanha. Isso não é um fenômeno atribuído ao acaso. A cada ano, as temperaturas aumentam na Cordilheira do Himalaia, tornando a neve menos espessa, provocando o recuo das geleiras e desgastando o permafrost, a camada do solo congelada. Ainda que existam fenômenos cíclicos naturais, as mudanças nas grandes montanhas são reflexo do aquecimento global, segundo estudosos. São o produto de uma ação contundente e permanente do homem sobre a natureza. Reflexo da sanha pelo lucro, que destrói e corrói, ao despejar gases do efeito estufa na atmosfera e ao ignorar medidas de mitigação e adaptação climática.

Na edição de segunda-feira, publicamos, em *Mundo*, depoimentos de

Kami Rita Sherpa, o nepalês que chegou ao topo do Everest 32 vezes, e de outros dois experientes alpinistas. Todos eles mostraram preocupação com as alterações no Himalaia.

Outra variação do negacionismo científico, não menos grave, coloca em risco uma parcela da sociedade. Sem qualquer embasamento, autoridades e políticos associam a imunização a doenças e morte. Quem acredita nessas bobagens põe a própria saúde em perigo ao negligenciar as vacinas em nome de uma crença montada sobre falácias e discurso vazio. Curioso o fato de que o negacionismo científico seja uma ferramenta usada com frequência por alguns políticos. A normalização de inverdades para doutrinar a população deveria ser tratada como ato criminoso.

Durante a pandemia da covid-19, houve nítida preocupação mais em fazer propaganda da cloroquina e da ivermectina do que em agilizar a busca pela vacina. Tivessem as autoridades acelerado a compra dos imunizantes, talvez centenas de milhares de pessoas não teriam morrido. Nos Estados Unidos, milhares de casos de sarampo foram registrados nos últimos meses em cidadãos não vacinados. Quase sempre o negacionista contribui com a propagação de enfermidades contagiosas.

Negacionismo mata. Negacionismo é sinônimo de ignorância com propósito. Preferir não enxergar o óbvio e não acolher a ciência é o mesmo que tropeçar com uma venda nos olhos à beira do despenhadeiro. É selar o destino trágico de uma comunidade, de uma nação ou do planeta. É escancarar as portas para catástrofes climáticas e para o retorno de doenças há tempos controladas.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Escala 6x1

Procede a preocupação do presidente do Sistema CNC /Sesc/Senac, José Roberto Tadros, diante do açodamento do governo de aprovar a extinção da escala 6x1. Em artigo no **Correio** (Opinião 1º/9), sob o título Milhões de empregos em risco, Tadros acentua que “defender o trabalhador também significa defender o emprego”. Convicto que o Brasil precisa avançar, Roberto Tadros salienta, porém, que “agora é o momento de preservar a economia e garantir a segurança jurídica do país. Neste momento, prudência, responsabilidade e segurança jurídica são indispensáveis”, pondera Tadros.

» **Vicente Limongi Netto**
Asa Sul

Livre expressar

A liberdade de expressão é um direito de suma importância para que a sociedade possa conhecer e se defender de possíveis arbitrariedades cometidas pelo poder público. É condição primordial para que o Estado seja caracterizado legitimamente democrático. Temos na liberdade de expressão a luta do homem em busca do seu próprio espaço. É a possibilidade de manifestar o que seu íntimo exprime. Na liberdade de imprensa (hummm?), estabelece-se um ambiente no qual, sem censura e medo, várias opiniões e ideologias podem ser manifestadas e contrapostas, ensejando um processo de formação do pensamento. Um povo só consegue lutar pelos seus direitos se os conhece. Por isso, nos dizeres de Rui Barbosa, “a palavra aborrece tantos os Estados arbitrários, porque a ‘palavra’ é o instrumento irresistível da conquista da liberdade. Deixa-a livre, onde quer que seja, e o despotismo está morto”. Feliz do povo que pode se expressar e usufruir desse direito fundamental. Será que hoje temos esse direito? Infelizmente, temos alguns assentos na Suprema Justiça que impedem que a verdade seja revelada. Cercear a liberdade de expressão é colocar um cadeado no portão da democracia! Em tempo: cadê o voto impresso, que tanto foi falado e cobrado em 2022?

» **Renato Mendes Prestes**
Águas Claras

Petróleo

Transformar um acordo petrolífero com a Venezuela em solução rápida para a gasolina barata é marketing do governo Trump. Por quê? A resposta é simples. Negociar petróleo de país em crise é oportunismo; usar a política externa para o discurso interno é uma manobra; e prometer preços baixos com base em acordos instáveis é ilusão. A geopolítica não cabe em frases de efeito, e promessas não enchem o tanque do carro. O que se vê é muito discurso de esperança e pouca verdade. Os políticos populistas não percebem que o mundo mudou e que esse tipo de discurso não convence mais ninguém.

» **Paccelli M. Zahler**
Sudoeste

Compra de veículos

Não adianta ampliar linhas de crédito, incluir veículos seminovos ou incentivar carros elétricos se a principal barreira continuar sendo a aprovação pelos bancos. Os critérios tradicionais de análise de crédito não refletem a realidade

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Drones contra feminicídio e Ministério da inteligência artificial e robótica: vendedor de sonhos ou de ficção? Sugiro que inclua no plano de governo, a criação do auxílio-rivotril. E bons sonhos!

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Em Monza, há 17 anos, a bandeira do Brasil apareceu no lugar mais alto do pódio de uma corrida de Fórmula 1 pela última vez até hoje. Parabéns, Rubinho Barrichello, é do Brasil!

José Ribamar Pinheiro Filho — Asa Norte

Que Brasília é essa! Calor, seca e... o Supremo derretendo! Quase teve briga: trocariam a toga pelas luvas de boxe!

Vera Cruz — Asa Norte

dos motoristas de aplicativo, muitos dos quais trabalham jornadas exaustivas, chegando a 15 ou 20 horas por dia, para garantir o básico em casa. O veículo é sua ferramenta de trabalho. É preciso criar critérios e garantias que considerem a renda real e a atividade desses profissionais. Crédito só existe de fato quando chega a quem precisa.

» **Oswaldo Jesus Motta**
Rio de Janeiro (RJ)

Caso Moraes

O escândalo — mais um — envolvendo Alexandre de Moraes não pode mais ser ignorado pelo Senado Federal (Davi Alcolumbre) nem mesmo por Edson Fachin. É dizer: “a casa caiu”. No caso do Senado, urge que se inicie o processamento das representações apresentadas ou a serem apresentadas contra o referido ministro, iniciando com a instauração imediata de Comissão Especial de 20 senadores (art. 380, inciso II, do RISF e art. 44 da Lei nº 1.079/1950) para emitir parecer (“juízo de admissibilidade”), no prazo de 10 dias (art. 45 da Lei nº 1.079/1950), nestes termos: “A comissão a que alude o artigo anterior reunir-se-á dentro de 48 horas e, depois de eleger o seu presidente e relator, emitirá parecer no prazo de 10 dias sobre se a denúncia deve ser, ou não, julgada objeto de deliberação.” Caso o presidente do Senado mantenha-se inerte, usurpando as prerrogativas da Comissão Especial e violando a lei e o RISE, ele deverá ser imediatamente afastado do cargo pelos próprios senadores, por prevaricação (no mínimo). Presidente do Senado jamais teve quaisquer prerrogativas para deliberar se processos contra ministros devem ou não serem instaurados. Vejamos como os senadores se comportarão nesse gravíssimo momento, pois a sociedade exige uma resposta.

» **Milton Cordova Junior**
Vicente Pires

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
			R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine			
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie			
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp			
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1588.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br